

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES ACERCA DAS CONTRIBUIÇÕES DO
DESENVOLVIMENTO CURRICULAR DO PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO
(PNME) PARA APRENDIZAGEM DE ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DE CASTANHAL-PA**

Evilly Vieira de Sousa

Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Pará (UFPA) - BR,
evillyvieirads@outlook.com

Camila de Cássia Mendes da Silva

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Pará (UFPA) -
BR, camilaserrao2@hotmail.com

Madison Rocha Ribeiro

Docente efetivo da Universidade Federal do Pará (UFPA) –BR, madisonribeiro@gmail.com

Maria Gesikelle Firmino

Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Pará (UFPA) -
BR, gesikellef@outlook.com

Resumo: O estudo insere-se no âmbito das discussões sobre currículo em interface com a política de educação em tempo integral, analisando de forma específica a visão construída por professores da rede municipal de ensino acerca das contribuições no âmbito dos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática construídas na aprendizagem de seus alunos pelo programa que aqui se discute. Partiu-se da hipótese de que com a ampliação do currículo e do tempo de estudo os alunos participantes do PNME estariam tendo suas dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática minimizadas, já que o macrocampo Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática) oferecido pelo programa é obrigatório e oferece a maior carga horária de estudos. A pesquisa fundamentou-se em uma abordagem qualitativa, sendo operacionalizado por meio de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, na qual foram utilizados questionários como instrumentos de coleta de dados. Para a compreensão da realidade investigada arrolou-se autores tanto do campo do currículo quanto do campo da educação integral. Após a análise dos dados constatou-se que, de acordo com os professores, houve implicações positivas do desenvolvimento curricular do PNME na aprendizagem dos alunos, contudo, estas se deram de modo parcial, haja vista ao final do ano letivo a taxa de aprovação do alunado integrante do programa não atendeu as expectativas esperadas, sinalizando para uma melhor articulação e gestão pedagógica do programa nas escolas.

Palavras chave: Currículo. Educação em tempo integral. Percepção de professores.

Introdução

Observamos no cenário nacional o crescente número de programas e projetos direcionados à educação básica, a fim de se ampliar o tempo de permanência dos alunos nas instituições de ensino, e assim assegurarem o que demanda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/1996, a qual prevê progressivamente esta ampliação da jornada escolar. Nesse sentido, o Programa Novo Mais Educação – PNME vem atualmente cumprindo tal

orientação, de modo que amplia a jornada escolar de alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, especialmente nas disciplinas curriculares Língua Portuguesa e Matemática, de forma que torna obrigatório a maior carga horária de ampliação da jornada escolar para o acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática, ainda que ofereça atividades diversificadas que se concentram nos campos da Arte, Cultura, Esporte e Lazer, as quais para serem ofertadas, dependem da carga horária aderida por cada escola, sendo esta de 5 ou 15 horas semanais.

Para tanto, busca-se por meio do trabalho articulado com os professores regulares e com os Mediadores da Aprendizagem do programa, construir habilidades e competências com esses alunos que lhes permitam progredir nos estudos, evitando, assim, o fracasso escolar, conforme preconiza Brasil (2017).

Considerando o exposto, a pesquisa que subsidiou a construção deste texto, buscou responder o seguinte problema: qual a percepção dos professores acerca das contribuições do desenvolvimento curricular do PNME na aprendizagem de seus alunos? Partindo da referida questão de estudo, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção dos professores a respeito das contribuições do desenvolvimento curricular do Programa Novo Mais Educação na aprendizagem dos alunos das Escolas Públicas Municipais de Castanhal, referentes aos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática. Para o alcance desse objetivo geral, buscou-se especificamente: identificar os componentes curriculares da Base Comum Nacional referente ao Ensino Fundamental nos quais incidem ou estão relacionadas às atividades do PNME; relacionar conteúdos, atividades, bem como competências e habilidades exploradas a partir dos componentes curriculares mais enfatizados do PNME e evidenciar a percepção docente acerca das contribuições do PNME na aprendizagem de seus alunos.

O estudo fundamentou-se em uma abordagem qualitativa de pesquisa, uma vez que, segundo Santos Filho (2007), o objetivo principal deste tipo de abordagem é compreender, explicar e especificar um fenômeno social. O tipo de pesquisa utilizada foi a de campo, de caráter exploratório, uma vez que segundo Neto (1994), este tipo de pesquisa apresenta-se como uma possibilidade de aproximação com aquilo que se deseja pesquisar e a partir daí, construir conhecimento, através da realidade observada. Consideramos o estudo como uma pesquisa de campo exploratória porque não tivemos a pretensão de explicar exhaustivamente todos os fatores ou intervenientes da realidade pesquisada, mas nos aproximar do objeto de estudo para uma primeira incursão teórico-empírica, a partir da qual poderemos adiante aprofundá-la.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo e considerando responder à questão norteadora do estudo lançamos mão do questionário com perguntas fechadas e abertas como instrumento de coleta de dados. Tal instrumento segundo Lakatos e Markoni (2003) se constitui com uma série ordenada de perguntas às quais devem ser respondidas pelo sujeito pesquisado sem a presença do sujeito que está pesquisando, no qual o último envia este instrumento pelo correio ou por um portador e depois de preenchido, o pesquisado devolve-o da mesma maneira.

O universo da pesquisa corresponde a três escolas da Rede Municipal de Ensino de Castanhal, situadas na zona urbana e em bairros distintos, correspondendo a 10% do total de escolas da zona urbana que desenvolveram o Programa Novo Mais Educação. Nessas escolas, elegemos como colaboradores da pesquisa professores do ensino fundamental (séries iniciais), que ministraram aulas em 2017 e em 2018 para turmas de alunos participantes das atividades curriculares do PNME, totalizando dezesseis professores das três escolas selecionadas.

Currículo e educação em tempo integral: uma estratégia de ampliação do tempo e da aprendizagem

Anísio Teixeira quando perspectivou reformas na educação brasileira, vislumbrou para esta um currículo diversificado, em uma perspectiva de educação integral que contemplasse as necessidades cognitivas, físicas, artísticas, e outras dos alunos. Para tanto, se fez necessário ampliar a jornada escolar para que assim se pudesse desenvolver o estabelecido para este tipo de educação. Coelho (2009) quando se reporta para a proposta de Teixeira, no que se refere à criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, destaca:

A escola primária seria dividida em dois setores, o da instrução, propriamente dita, ou seja, da antiga escola de letras, e o da educação, propriamente dita, ou seja, da escola ativa. No setor instrução, manter-se-ia o trabalho convencional da classe, o ensino de leitura, escrita e aritmética e mais ciências físicas e sociais, e no setor educação – as atividades socializantes, a educação artística, o trabalho manual e as artes industriais e a educação física (TEIXEIRA, 1959, p. 82 *apud* COELHO, 2009, p.91).

Nesse sentido, observamos que a variável tempo foi estendida a fim de que fossem contempladas demais atividades no intuito de que as várias faculdades humanas fossem trabalhadas, de forma a atender as diversas necessidades dos alunos, trabalhando aspectos

intelectuais, físicos, artísticos e outros. Desse modo, assim como afirma Ribeiro (2017) o próprio currículo pensado para esse modelo de educação expressa sua concepção, ou seja, suas intencionalidades pedagógicas, aquelas pensadas e voltadas para o desenvolvimento pleno do educando.

Nesta perspectiva, observamos que a educação em tempo integral como modalidade educativa visa, sobretudo, a construção de habilidades e competências que não foram viabilizadas no turno regular. Dessa forma, sua construção curricular é proposta para aquisição dessas competências e habilidades, uma vez que, conforme destaca Souza (2017), ao ampliar o currículo, ampliam-se também as possibilidades de agregar os **nonos** conhecimentos que circundam nas instituições de ensino.

Neri (2009) *apud* Cavaliere (2011) discorre que após estudar sobre o tempo de permanência na escola, constatou-se que a ampliação dessa jornada se apresenta como um dos principais fatores de política pública educacional a fim de contribuir para o desempenho dos discentes em um menor espaço de tempo. A esse respeito, Jesus e Borges (2016) enfatizam a subordinação das políticas públicas educacionais brasileiras, a organizações multilaterais, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX, em que a educação foi vista sob uma nuance mercadológica, haja vista os interesses financeiros estabelecidos pelo Banco Mundial em seus investimentos em torno da educação. Nesse cenário de interesses, a educação em tempo integral passa a ser concebida como instância que alia a ampliação do tempo com melhores índices de aprendizagem dos alunos, favorecendo assim, a qualidade do ensino. Contudo, é válido destacar que nessa perspectiva de alargamento do tempo de permanência na escola por meio de programas e projetos, observa-se a desvinculação das práticas pedagógicas com a preocupação da formação humana em sua totalidade. O fator tempo age limitadamente como um requisito para que se enfatizem áreas curriculares que agreguem resultados positivos junto aos exames nacionais e internacionais de larga escala.

O Programa Novo Mais Educação, nessa perspectiva, funciona como um exemplo do que fora exposto, haja vista que este tornou obrigatório o desenvolvimento de atividades vinculadas ao Acompanhamento Pedagógico, no qual Língua Portuguesa e Matemática foram áreas do conhecimento que receberam destaque, enquanto que as atividades complementares foram secundarizadas. Diante dessas premissas, nos coube pesquisar os impactos que o PNME acarretou na aprendizagem dos alunos das Escolas Públicas Municipais de Castanhal-PA, no que se refere ao desenvolvimento curricular proposto por ele, a considerar os dois componentes curriculares que são obrigatórios.

Aspectos gerais do Programa Novo Mais Educação na Rede Municipal de Ensino de Castanhal/PA

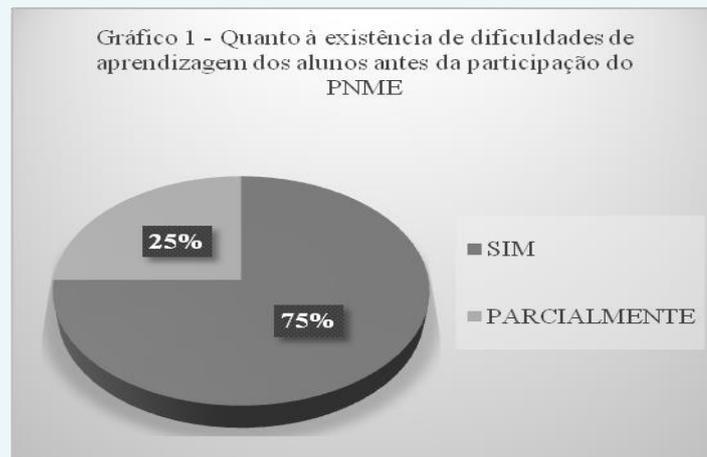
De acordo com Silva, Ribeiro e Ribeiro (2017) no ano de 2017, 42 unidades de ensino da Rede Municipal de Castanhal aderiram ao PNME, o equivalente a 67% do total de escolas do município. Deste número, 54,8% foram escolas localizadas na zona urbana, e 45,2% situadas na zona rural.

Em relação às atividades curriculares do PNME desenvolvidas pelas escolas participantes, pode se constatar que nestas foram desenvolvidas 22 atividades, considerando os grandes macrocampos curriculares: Acompanhamento Pedagógico (Português e Matemática), Arte, Cultura, Esporte e Lazer, os quais dividiram-se em: Artesanato, Atletismo, Basquete, Capoeira, Cineclube, Dança, Desenho, Educação Patrimonial, Futsal, Futebol, Handebol, Iniciação Musical/banda/canto coral, Iniciação Musical, Judô, Karatê, Leitura, Pintura, Teatro/Práticas Circenses/ Tênis de Mesa/ Voleibol, Xadrez Tradicional e Xadrez Virtual, Acompanhamento Pedagógico (SILVA, RIBEIRO E RIBEIRO, 2017).

Considerando estas informações, chegamos à conclusão de que os componentes curriculares referente ao Ensino Fundamental nos quais incidiram ou estiveram relacionadas às atividades do Programa Novo Mais Educação em 2017 foram: *Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física e Artes*. História, Geografia e Ciências Naturais não apareceram como áreas do conhecimento enriquecidas com as atividades do Programa Novo Mais Educação. Dentre esses componentes curriculares nos quais incidiram as atividades do PNME, destacou-se em primeiro lugar o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, seguidos da Arte e depois da Educação Física.

A percepção de professores acerca das contribuições do desenvolvimento curricular do Programa Novo Mais Educação (PNME) na aprendizagem de seus alunos

Buscamos, a priori, conhecer o perfil dos alunos contemplados pelas ações do programa, haja vista que este determina que a dificuldade de aprendizagem deve ser um pré requisito para que, no contra turno o aluno participe do PNME. Deste modo, com a pesquisa realizada obtivemos o resultado abaixo:

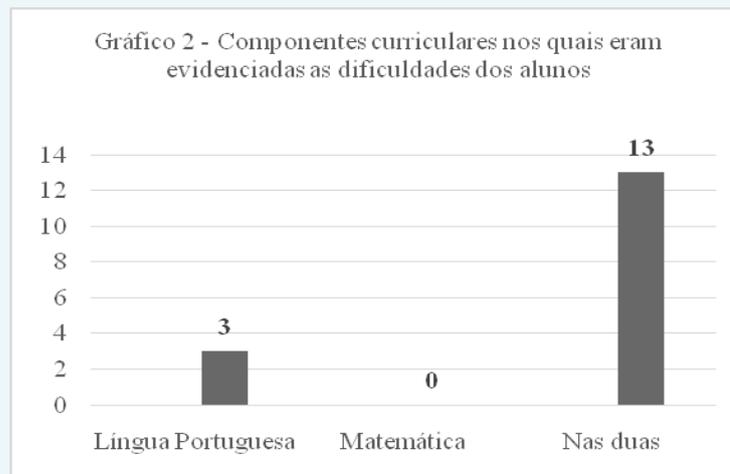


Fonte: Pesquisa de campo

Constatamos por meio de 75% dos professores que nas três escolas os alunos participantes expressavam dificuldades antes de serem contemplados com o Acompanhamento Pedagógico oferecido pelo referido programa. Este fato nos leva a afirmar que o PNME caracteriza-se, antes de tudo, como um programa de reforço escolar, sobretudo voltado a alunos com dificuldades em Língua Portuguesa e Matemática, secundarizando a ideia de educação integral como processo de desenvolvimento e formação do estudante em sua integralidade, como preconizava, por exemplo, o Programa Mais Educação. Outro fator ao qual atribuímos destaque se refere ao caráter seletivo do programa (prioridade para alunos com dificuldades), o qual caracteriza esta política como focalista, pois a mesma não visa abranger a todos os que têm direito à educação em tempo integral.

Diante disso, achamos pertinente mencionar Bourdieu (1998) apud Cavaliere (2007) quando este destaca que a ampliação da jornada escolar acabou por criar um novo tipo de exclusão, a “exclusão pelo interior”, uma vez que esta é vista pelo autor como uma exclusão dissimulada, pelo fato de culpabilizar os alunos por seus fracassos, apesar das chances que lhes são oferecidas no sistema escolar, e que por isto, a necessidade de terem o tempo de permanência na escola estendido.

A partir desse questionamento nos coube conhecer também os componentes curriculares nos quais os professores evidenciavam as dificuldades de seus alunos. Assim, obtivemos o resultado que se expressa abaixo:



Fonte: Pesquisa de campo

Treze dos professores colaboradores da pesquisa afirmaram que as dificuldades incidiam tanto em Língua Portuguesa, quanto em Matemática. Os três restantes, afirmaram que essas dificuldades incidiam somente em Língua Portuguesa. Fato este que nos leva a entender a preocupação do Governo Federal em criar programas que enfatizem essas duas áreas curriculares em função dos exames nacionais e internacionais aos quais as escolas são submetidas, mesmo sabendo que essas duas áreas do conhecimento já possuem maior carga horária no currículo escolar. Nesse contexto, Alavarse; Bravo; Machado (2013, p. 18) destacam:

Se, de um lado, qualidade não se confunde com desempenho em leitura e resolução de problemas, de outro, esses tópicos não são, de forma nenhuma, estranhos ao processo escolar que se pretenda de qualidade; ao contrário, configuram-se como suporte para todos os outros conhecimentos abordados no processo de escolarização.

Ou seja, de acordo com os autores, Língua Portuguesa e Matemática são concebidas como áreas do conhecimento que dão suporte as demais disciplinas que compreendem o currículo escolar, por isso, a necessidade de explorá-las por meio desses programas de educação em tempo integral. Contudo, não deixamos de salientar os interesses envolvidos perante esse processo, considerando esses dois componentes curriculares como os que servem de base para se construir estatísticas nacionais e internacionais acerca da qualidade da educação, daí os interesses de enfatizá-los em detrimento das atividades que trabalham as várias dimensões humanas.

Considerando a hipótese de que o desenvolvimento curricular poderia contribuir com as aprendizagens de diferentes áreas curriculares cursadas pelos estudantes e que estas poderiam influenciar positivamente no rendimento escolar, procuramos saber com os

professores a respeito da taxa de aprovação dos alunos participantes do programa, pois o melhor rendimento ou não, é um indicativo de contribuição do PNME para os alunos, além de este aspecto servir como indicador do alcance de uma de suas finalidades, que é a melhoria do rendimento escolar. O gráfico a seguir demonstra o posicionamento dos professores das três escolas sobre esse aspecto:



Fonte: Pesquisa de campo

Metade dos professores (50%) afirmou que a taxa de aprovação dos discentes participantes foi média, em seguida, outros afirmaram que esta taxa de aprovação foi baixa (38%), enquanto que a minoria (12%) afirmou que foi alta. Dessa forma, podemos considerar que a taxa de aprovação dos alunos participantes do programa foi média-baixa.

Nessa perspectiva de ampliação do tempo de permanência na escola sob a premissa de melhores resultados na aprendizagem, Cavaliere (2011) disserta com grande pertinência que estudos brasileiros que buscaram analisar a correlação entre tempo de permanência na escola e a aprendizagem construída a partir disto, obtiveram resultados positivos, haja vista o melhor desempenho dos alunos provocado pela ampliação do tempo em que permaneciam nas instituições de ensino.

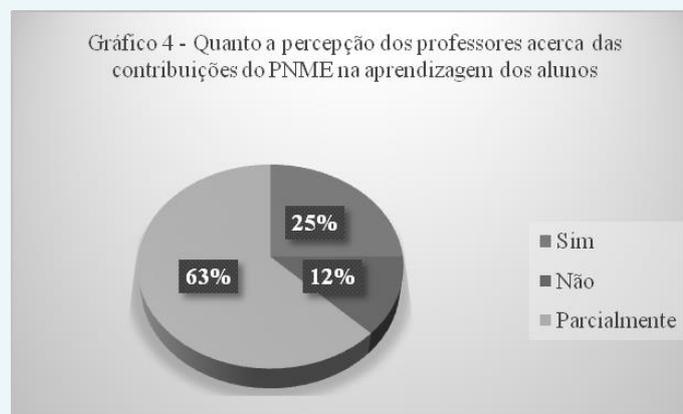
A mesma autora (2007) destaca ainda que, embora as pesquisas realizadas na área não apontem uma associação automática entre maior tempo de permanência na escola e o melhor desempenho dos alunos, as mesmas pesquisas afirmam que a relação tempo de permanência e rendimento dos discentes apresentam relações positivas, ou seja, “a permanência por mais tempo na escola garantiria melhor desempenho em relação aos saberes escolares, os quais seriam a ferramenta para a emancipação” (CAVALIERE, 2007, p.1029).

Entretanto, concordamos com Gonçalves (2006) quando este disserta que só faz sentido ampliar o tempo de permanência nas escolas, se considerarmos, diante desse processo,

a execução da educação integral, de forma que a extensão do tempo represente maiores oportunidades de promover aprendizagens significativas e emancipadoras.

Com isso, compreendemos que a ampliação da jornada escolar como estratégia de ampliação da aprendizagem, seja um meio eficaz para se alcançar tal objetivo, contudo, se faz necessário que o PNME, não seja executado como uma proposta aparente de reforço escolar, haja vista a obrigatoriedade do Acompanhamento Pedagógico, o qual faz com que os alunos voltem às escolas no contra turno, a fim de superarem os desafios de aprendizagem que o turno regular não foi capaz de proporcioná-los.

Sabendo quais os componentes curriculares mais eram enfatizados pelo programa, buscamos conhecer a visão dos professores dos alunos do turno regular se estas ações estavam apresentando eficácia. De acordo com a percepção dos professores, o PNME trouxe melhorias na aprendizagem dos alunos no campo de Língua Portuguesa e Matemática. O gráfico seguinte expressa as respostas dos professores quanto a essa contribuição, especialmente para as aprendizagens referentes a esses dois campos curriculares.



Fonte: Pesquisa de campo

A parte mais significativa dos professores (63%) afirmou que o programa atendeu de forma parcial as demandas de aprendizagem dos alunos para Língua Portuguesa e Matemática. Outra parte menor, equivalente a 25% afirmou que o programa contribuiu, satisfatoriamente com a aprendizagem dos alunos e o menor grupo (12%), afirmou que não percebeu contribuições do programa para a aprendizagem dos discentes nos campos já mencionados. Contudo, os professores que afirmaram que as contribuições do programa se deram de forma parcial na aprendizagem dos alunos, chegaram a explicar que outros fatores deveriam ser levados em consideração nesse processo, os quais interferiam nesse resultado,

sendo o mais importante deles, a ausência da parceria construída entre família e escola, o que ocasionava no grande percentual de falta dos alunos nas ações do programa.

Para muitos pais, segundo os professores, a jornada integral de estudos é algo exaustivo e cansativo para os alunos. Muitos tinham dificuldades de voltar para a escola, pois necessitavam ir em casa almoçar, tomar banho e muitos teriam que retornar pagando passagem de transporte público. Todas essas dificuldades resultaram em muitas faltas desses alunos, daí o motivo de o programa não render significativamente na aprendizagem desses referidos discentes.

É nesse sentido que Arco Verde (2003) salienta que é necessário assegurar alimentação, higiene, saúde, descanso e ócio nessa perspectiva de ampliação do tempo escolar, uma vez que nenhum fundamento educacional irá garantir que seguir a mesma proposta pedagógica da escola, sem se atentar para estes requisitos, irá garantir melhor aproveitamento dos alunos.

Concordamos com a autora supracitada quando esta elenca os fatores que devem ser levados em consideração no que tange à educação em tempo integral, haja vista que considerando o PNME como política pública educacional voltada para escolas que possuem índice socioeconômico baixo ou muito baixo, se faz necessário atentar para o alunado que será contemplado com essas ações, os quais também estão na condição de vulneráveis, social e economicamente, portanto, é imprescindível que estes recebam as condições adequadas pelo poder público, de modo que sua permanência na escola seja garantida.

Considerando as respostas dos professores que afirmaram que o PNME contribuiu para a aprendizagem dos alunos nesses campos curriculares, podemos afirmar que este contribuiu para os seguintes aspectos ou conteúdos de língua portuguesa: leitura, escrita e interpretação de texto. No caso da Matemática, os professores destacaram a contribuição para a alfabetização matemática, a qual consiste não somente em dominar os procedimentos de cálculos das quatro operações, mas ler e interpretar enunciados, símbolos e demais questões ou problemas envolvendo a utilização da matemática.

Ainda que essa contribuição tenha sido parcial, indica que se o programa for melhor estruturado e garantir as condições ideais de participação dos alunos, tal contribuição pode alcançar avanços, repercutindo significativamente nos indicadores da qualidade do ensino na educação básica, já que este se apresenta como um dos maiores ensejos perante a sua criação.

Cabe ressaltar que um dos docentes chegou a mencionar que “*a partir da leitura foi possível avançar nas outras disciplinas*”, ou seja, a partir desta, foi possível perceber os

avanços dos alunos referentes à leitura e interpretação dos textos que permeavam as outras disciplinas do currículo escolar. No que tange a esta competência mencionada, a BNCC afirma:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2017, p. 61).

Considerando os alunos do 2º ano, participantes do programa, a BNCC também dispõe de algumas informações importantes referentes a esse processo de apropriação da leitura e escrita:

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras) [...] (BRASIL, 2017, p. 87-88).

Nessa conjuntura, observamos que o PNME foi um forte contribuidor para a aquisição de competências e habilidades construídas pelos alunos, referente ao Componente Curricular Língua Portuguesa. Ressaltamos que essas aquisições se deram em quase todos os anos do ensino fundamental contemplados com as ações do programa, as quais foram evidenciadas pelos professores.

Salientamos que, ainda segundo a BNCC, considerando as habilidades que devem ser construídas por alunos do 3º ano em diante, vão além da aquisição da leitura, assim, observamos as grandes dificuldades referentes a este componente que permeavam a aprendizagem desse alunado e que puderam ser contempladas a partir do PNME.

Já com relação aos avanços percebidos no componente Matemática, em que a grande maioria dos professores enfatizou o melhor domínio das operações matemáticas como contribuições provocadas por meio do programa, a BNCC (p. 266) disserta com relação a unidade temática números:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a expectativa em relação a essa temática é que os alunos resolvam problemas com números naturais e números racionais cuja representação decimal é finita, envolvendo diferentes significados das operações, argumentem e justifiquem os procedimentos utilizados para a resolução e avaliem a plausibilidade dos resultados

encontrados. No tocante aos cálculos, espera-se que os alunos desenvolvam diferentes estratégias para a obtenção dos resultados, sobretudo por estimativa e cálculo mental, além de algoritmos e uso de calculadoras.

Assim, observamos também que com relação a este componente curricular, o programa trouxe contribuições para a aprendizagem dos alunos referentes a esta temática. Reiteramos, mais uma vez as dificuldades apresentadas pelos participantes, haja vista que de acordo com a BNCC, habilidades além dessa já deveriam ter sido construídas pela maioria destes discentes.

Com isso, buscamos conhecer a percepção docente acerca das contribuições do desenvolvimento curricular do Programa Novo Mais Educação (PNME) na aprendizagem de seus alunos, mais precisamente, de que maneira os professores avaliavam as ações desenvolvidas pelo programa. Deste modo, obtivemos o resultado abaixo:



Fonte: Pesquisa de campo

Grande parte dos professores (62%) analisaram estas ações como razoáveis, um segundo grupo as analisou como eficientes (19%) e um terceiro, como ineficientes (19%). Classificar as ações do PNME como razoáveis é afirmar que estas não foram boas ou excelentes. O professorado tem consciência de que as atividades do programa precisam ser melhores planejadas e executadas no interior das escolas, o que nos permite inferir que, mesmo com as contribuições desta política pública educacional, outros fatores que dizem respeito a sua implementação deixam a desejar quando este passa a ser executado nas escolas. Dentre esses fatores destacados pelos professores, podemos citar: a ausência de espaço físico adequado para se executar este programa na perspectiva em que ele foi idealizado.

A grande reclamação docente gira em torno do fato de as aulas acontecerem no contraturno, ao mesmo tempo em que estão acontecendo as aulas regulares, desse modo, a não

existência de espaço adequado e próprio para a realização das atividades do PNME repercute de forma negativa acerca da visão que os professores constroem diante dessa política educacional.

De acordo com Pereira e Vale (2012), o espaço físico também educa, a partir da percepção e da infraestrutura utilizada para se atingir à aprendizagem do educando, contudo, perante a situação levantada pelos professores, percebemos que o programa buscou atingir seus interesses sem fornecer o mínimo de condições físicas e estruturais para que as atividades de Acompanhamento Pedagógico fossem desenvolvidas, conseqüentemente, o atendimento concomitante de alunos, em função da jornada de tempo integral, leva a escola a valer-se de espaços improvisados em sua própria dependência a fim de executar essas atividades, conforma elenca Barreto (2016).

Conclusão

Com base nos resultados deste estudo, concluímos que o desenvolvimento curricular do Programa Novo Mais Educação implicou em resultados positivos no que se refere a superação de desafios de aprendizagem dos alunos participantes, elencados pelos professores titulares das turmas. Contudo, esses resultados estiveram abaixo do que se esperava, haja vista as finalidades com que ele foi criado.

Ressaltamos mais uma vez que o próprio PNE (2014-2024) lançou estratégias para que se efetive a educação em tempo integral no Brasil neste decênio, entretanto, considerando a realidade das três escolas participantes deste estudo, ainda existe um longo caminho a se percorrer para que esta modalidade educativa aconteça nos moldes do que prevêm os documentos que norteiam nossa educação.

Assegurar as condições de permanência dos alunos participantes do PNME, disponibilizando, sobretudo, alimentação, higiene e descanso, deveria ser um pré-requisito para se pensar em desenvolvê-lo, haja vista a ponderação plausível das famílias, elencada nas falas dos professores, que atribuem exaustão no fato de os alunos terem de voltar à escola no contra turno.

Destacamos ainda que, com base nos critérios de participação listados pelo programa, este é executado seguindo uma perspectiva de reforço escolar, no qual somente os alunos com baixo rendimento nos componentes curriculares enfatizados pelo PNME, devem ser selecionados para participarem das ações deste, a fim de melhorarem seus desempenhos nestas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, o referido programa pauta-se exatamente em buscar suprimir os déficits de aprendizagem que não foram contemplados pelo turno regular, daí a necessidade de disponibilizá-lo para as escolas em que a maioria dos estudantes se encontrem em estado de vulnerabilidade social e econômica, a fim de reforçar os conteúdos trabalhados em sala e que não foram compreendidos pelos alunos, o que nos parece ser realmente uma tentativa de somente se obter melhores resultados nas avaliações em larga escala, conforme nos destacou uma Coordenadora Pedagógica de umas das escolas.

Chamamos atenção para outro fator que pudemos identificar a partir da pesquisa: a não existência de um plano que norteie as práticas pedagógicas que são executadas através das ações do Programa. Sabemos que a educação em tempo integral necessita de um plano que ampare as propostas prescritas, aqui, de modo especial, pelo PNME, que possui objetivos e finalidades bem descritos, mas que ainda não integra a proposta pedagógica ou Projeto Pedagógico das escolas em que é desenvolvido. As ações do programa ainda acontecem como anexas às da escola, como atividades de segunda categoria. Essa falta de prioridade ou importância ao programa o descredencia pedagogicamente diante da comunidade escolar.

Assim, se faz necessário que as políticas públicas educacionais sejam pensadas com maior cautela, oferecendo maiores e melhores condições para que sejam implantadas, de modo que ofereça satisfação ao público a quem se destina, caso contrário, estaremos potencializando os problemas já existentes.

Referências

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. Estudos em Avaliação Educacional (Impresso), v. 24, p. 13-31, 2013. Disponível em: <
<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1783/1783.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **A arquitetura do tempo na cultura escolar. Um estudo nos Centros de Educação Integral de Curitiba.** 2003. Tese (Doutorado em Educação) –Pontífca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; SÁ, Katia Regina de. Educação em tempo integral: contribuições oriundas das pesquisas de pós-graduação. **Cadernos Cenpec**, v. 6, p. 23-46,

2016. Disponível em:<

https://www.researchgate.net/publication/311865040_Educacao_em_tempo_integral_contribuicoes_oriundas_das_pesquisas_de_pos-graduacao>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. - Brasília: Mec, Secad, 2009. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8196-6-mais-educacao-edc-integral-baixa-seb-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Programa Novo Mais Educação: Documento Orientador**. 2016. Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=53061-novo-mais-educacao-documento-orientador-pdf&category_slug=dezembro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 4. Out 2017.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Programa Novo Mais Educação: Caderno de Orientações Pedagógicas**. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70831-pnme-caderno-de-orientacoes-pedagogicas-pdf/file>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

Disponível em: <<https://docplayer.com.br/72333217-Base-nacional-comum-curricular.html>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas: vol.28, n.100-Especial, p.1015-1035, out.2007.

_____; MAURÍCIO, Lúcia Velloso. As práticas de ampliação da jornada escolar no ensino fundamental: sobre modelos e realidades. In: **34 reunião Anual da ANPED**, 2011, Natal. Educação e justiça social. Natal: ANPED, 2011. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <
<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT13/GT13-163%20int.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa. História(s) da educação integral. In: **27ª Reunião Anual da ANPED**, 2009, Caxambu, Minas Gerais: ANPED, 2009. v. 22, p. 83-96. Disponível em: <http://docplayer.com.br/3767533-Historia-s-da-educacao-integral-ligia-martha-c-da-costa-coelho.html>. Acesso em: 24 mai. 2018.

COZY, PAUL. C. **Métodos de pesquisa em ciência do comportamento**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Antonio Sérgio. Reflexões sobre Educação Integral e Escola de Tempo Integral. **Cadernos CENPEC**, v. 1, p. 129-135, 2006. Disponível em: <
file:///C:/Users/radisco/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/136-198-1-SM.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2018.

JESUS, Angelica Candida de; BORGES, Walquíria Silva Carvalho. A Ampliação do tempo escolar nas escolas públicas. **Itinerarius Reflectionis** (Online), v. 12, p. 1-15, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/36680/20283>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MAURICIO, Lúcia Velloso. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, Lúcia Martha Coimbra da Costa Coelho. (Org.). **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**. Petrópolis, RJ: DP et Alli, 2009.

MARCONI, MARINA DE ANDRADE; LAKATOS, EVA MARIA. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. Disponível em:

<https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em 13 ago. 2016.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PEREIRA, Marcos Paulo Torres; VALE, Fábio Freire do. Educação Integral e Integrada. **Educação e Reflexão**, v. 2, p. 28-35, 2012. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/marcospaulo/files/2013/05/EDUCA%C3%87%C3%83O-INTEGRAL-E-INTEGRADA-%E2%80%93-NOVOS-TEMPOS-ESPA%C3%87OS-E-OPORTUNIDADES-EDUCATIVAS.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2018.

RIBEIRO, Madison Rocha. **A relação entre currículo e educação integral em tempo integral: um estudo a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação**. 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém – PA.

SANTOS FILHO, JOSÉ CAMILO DOS. **Pesquisa Quantitativa versus Pesquisa Qualitativa: O Desafio Paradigmático**. In: SANTOS FILHO, JOSÉ CAMILO DOS. **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. V.42, 1.

SOUZA, Fernanda Ribeiro. **Educação em Tempo Integral e as estratégias de indução da ampliação da jornada escolar no Brasil**. In: IV Congresso Nacional de Educação, 2017, João Pessoa. Anais do IV Congresso Nacional de Educação. Campina Grande, PB: Editora Realize, 2017. v. 1. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA2_ID420_09092017115337.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018